Como estamos de equipamentos sociais de apoio à infância?

12 Março, 2025

Nesta semana em que se comemora a igualdade no trabalho, é-nos apresentado um estudo sobre a educação. Vale a pena rever estes dados.

Respostas face às necessidades – diferenças territoriais na cobertura

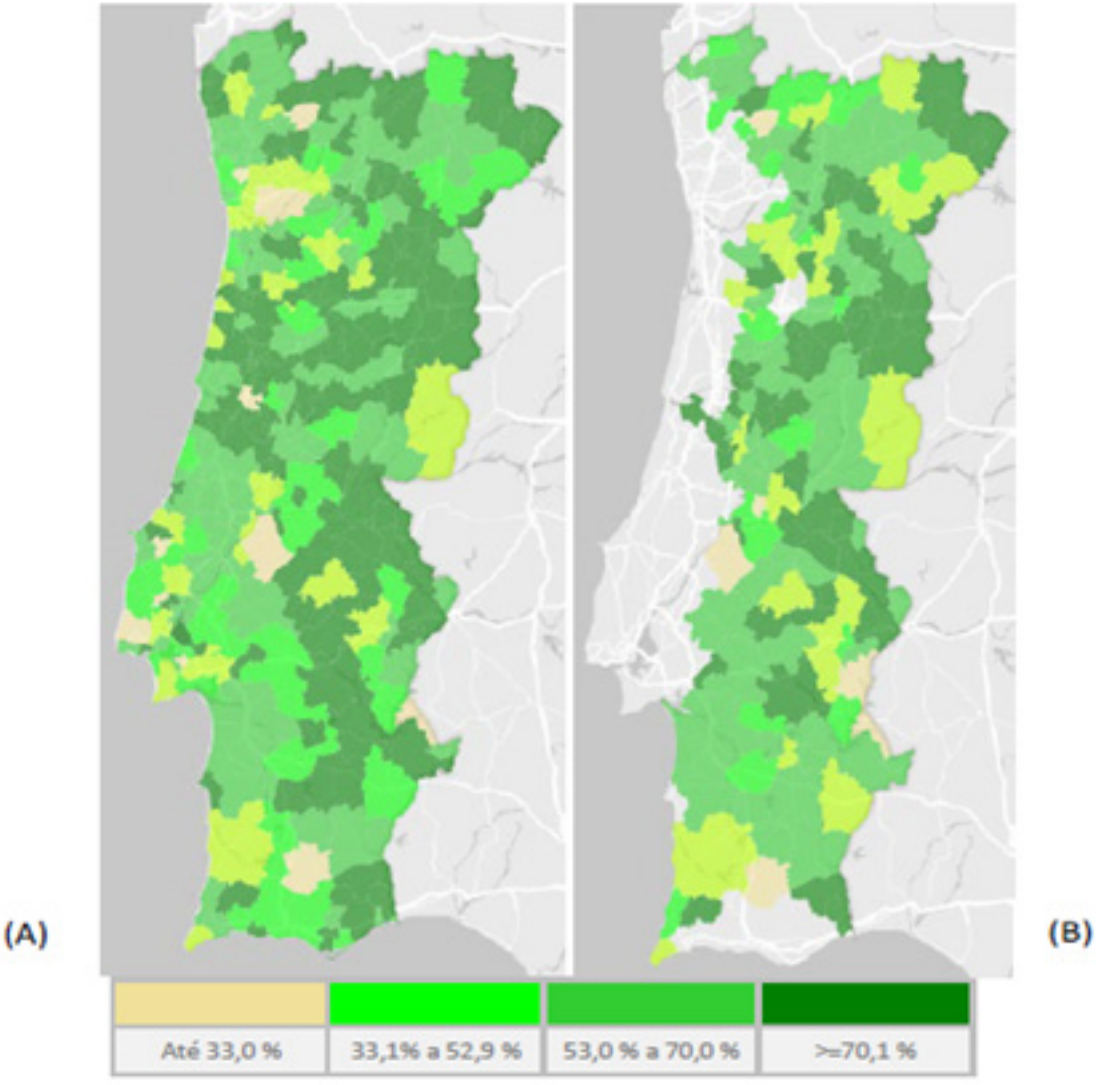
Creches e amas

A taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos) passou de 35,1% em 2010 para 55,2% em 2023, acompanhando o aumento do número de lugares em creche. 82,4% dos concelhos do Continente (229 em 278) apresentavam, em 2023, uma taxa de cobertura acima dos 45%, portanto acima da atual meta de Barcelona. [*Em dezembro de 2022, foi adotada pelo Conselho da União Europeia a revisão da meta de Barcelona em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2030, ser assegurado o acolhimento de 45% das crianças com menos de 3 anos*].

Os distritos de **Lisboa** (50,4%), **Setúbal** (47,5%) e **Porto** (42,5%), seguindo a tendência de anos anteriores, continuavam a ser os territórios **com menor cobertura face à população residente**.

Pelo contrário, os distritos da Guarda (92,5%), Portalegre (86,4%) e Coimbra (75,6%) registavam as taxas de cobertura de repostas para a primeira infância mais elevadas.

Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, por concelho (A) e nos territórios de baixa densidade por concelho (B) – 2023



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2023
GEP-MTSSS, Carta Social

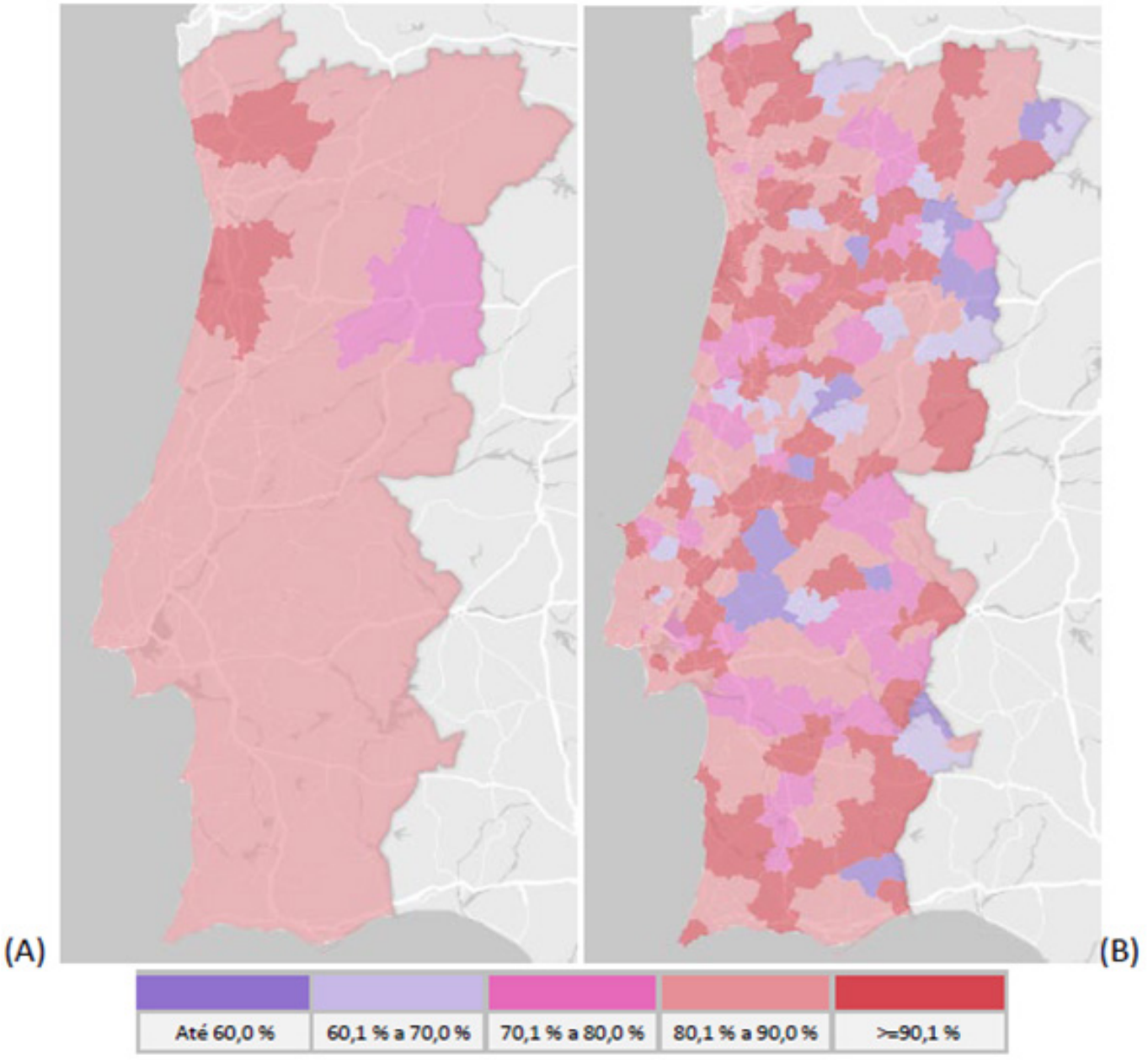
Para se ver a importância que este tipo de estrutura tem na organização e conciliação da vida laboral e familiar, atente-se na **taxa de utilização** [*Para o cálculo da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes das respostas em análise: (Número total de utentes das respostas Creche + Ama / Capacidade total das respostas Creche + Ama) × 100*] **média das respostas para a primeira infância: 87,3 % em 2023.**

As taxas de utilização são mais elevadas nos distritos localizados a norte. Dos 18 distritos existentes no Continente, 7 (38,9 %) apresentavam taxas de utilização superiores à média.

É de destacar que apenas o distrito da Guarda apresentava uma taxa de utilização inferior a 80% (74,0 %).

Se optarmos por um escopo de âmbito municipal, verificamos que em 2023, 144 (51,8 %) concelhos apresentavam uma taxa de utilização média nas respostas para a 1ª infância superior à média do Continente. Destes, 73 concelhos são considerados territórios de baixa densidade.

taxa de utilização das respostas sociais para a 1ª infância, por distrito (A) e concelho (B) – 2023



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2022 [*A Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos de 2023, não faz qualquer referência a estes dados*] , **cerca de 87,2 % das creches encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 42,2 % das crianças as frequentavam entre 6 e 8 horas e 45,6 % entre 8 e 10 horas diárias.**

Educação pré-escolar

Em 2019/2020 a taxa real de pré-escolarização era de 92,8% no conjunto do país, sendo diferenciada a nível nacional, segundo dados da DGEEC.

Educação Pré-Escolar

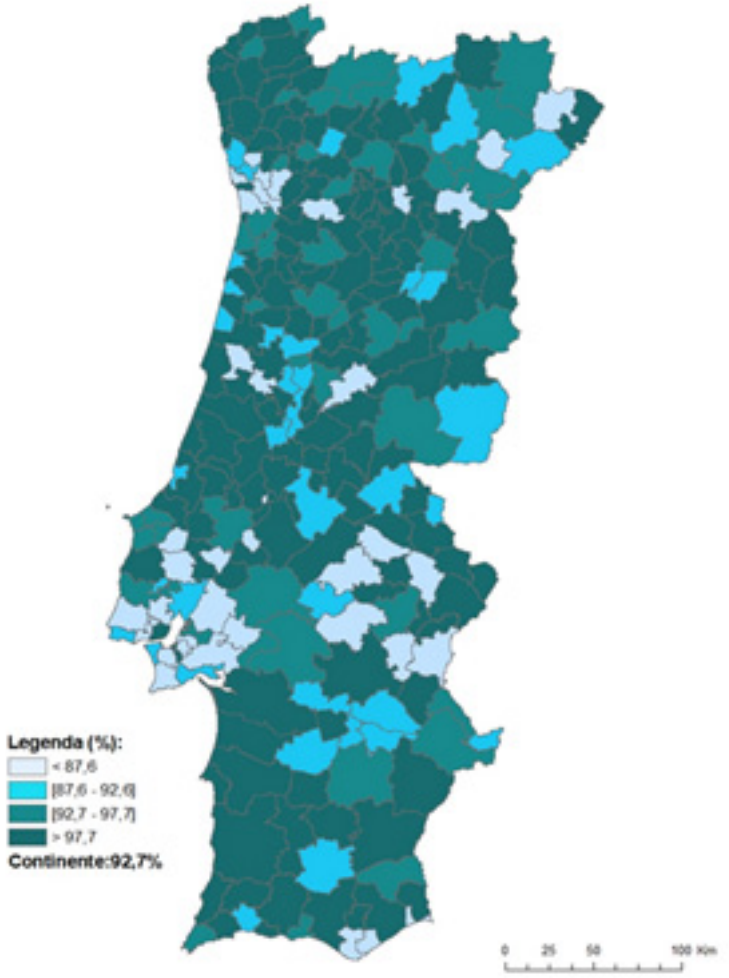
2.4. Taxa real de pré-escolarização, por NUTS I e II (2000/01; 2019/20)

Ano letivo NUTS I e II	2000/01	2019/20
Portugal	74.8	92.8
Continente	74.8	92.7
Norte	68.5	97.3
Centro	86.0	99.3
A.M. Lisboa	71.9	82.9
Alentejo	87.1	99.1
Algarve	76.1	96.8
R. A. Açores	71.9	89.9
R. A. Madeira	80.9	100.0

Fonte: DGEEC – dados atualizados em setembro de 2021

Educação Pré-Escolar

Taxa real de pré-escolarização no Continente, por município (2019/20)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

Quem gere as respostas

Em 2023 **só 32% dos equipamentos sociais (incluem a infância e juventude, a deficiência, pessoas idosas e família e comunidade) eram geridos por entidades públicas.** A maioria eram geridos por Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) ou equiparadas (52%) e 16% por entidades lucrativas (empresas).

A busca do lucro nesta vertente faz com que a maioria das entidades privadas dirijam o seu negócio para os locais onde a procura é maior.

Perto de metade das entidades lucrativas situa-se na **Área Metropolitana de Lisboa (46,6%).**

O funcionamento das respostas sociais que compõem a rede de serviços e equipamentos sociais é, em grande medida, suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

De acordo com um estudo solicitado pela CNIS**, 51% das receitas das receitas das IPSS têm origem no financiamento público, sendo de 28% as contribuições/comparticipações dos utentes.**

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de aproximadamente 69%, no período 2010-2023, traduzindo a actualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Em 2023, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1947 milhões de euros. Esta despesa poderia ter sido efectuada em equipamentos geridos pelo Estado caso existisse oferta suficiente.

No sector privado lucrativo o financiamento ficará a cargo das famílias, mas não dispomos de dados sobre as despesas.

No nosso entender não faz sentido que o grosso da oferta deste tipo de equipamentos não seja de propriedade e gestão públicas, ficando as entidades do chamado sector social, como IPSS e outras, e as empresas com um papel meramente supletivo na oferta.

Todavia, não é isso que acontece no nosso país fruto de políticas deliberadas de sucessivos governos que remetem o Estado para um papel menor, com resposta pública insuficiente nos equipamentos e valências, mas forte apoio, por via legislativa e financeira, às IPSS e outras organizações similares.

Creches

Nas creches 62% dos lugares são comparticipados pelo Estado a entidades da chamada rede solidária ao abrigo de acordos de cooperação, correspondendo a cerca de 80 mil crianças. A gratuitidade das creches (que desde 2023 inclui, além da rede solidária com ou sem acordo de cooperação, a rede privada-lucrativa e as creches da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), abrangeu 90,6 mil crianças, número onde se incluem as cerca de 80 mil referidas atrás.

A oferta de creches propriedade de entidades não lucrativas era maioritária (76,2%) no território continental, em 2023. Mas nos distritos de Setúbal (45,7%), Lisboa (38,7%) e Porto (33,7%) o peso relativo de creches de entidades privadas-lucrativas **era superior a 30%.** Nos distritos de Bragança, Guarda e Portalegre todas as creches existentes pertenciam à rede não lucrativa. Segundo uma auditoria do Tribunal de Contas, em 2022 a despesa da Segurança Social com IPSS na área da creche ascendeu a 348,8 milhões de euros em 2022 (cerca de 20% da despesa da segurança social com acordos de cooperação), **mais 100,8 milhões (40,7%) do que em 2019**, enquanto o número de crianças abrangidas aumentou apenas 2,9%, referindo os autores que “esta evolução resultou, fundamentalmente do aumento do valor da comparticipação financeira da Segurança Social pago às IPSS e da criação e alargamento da “Gratuitidade” das creches, uma medida de apoio à natalidade que foi implementada a partir de 2020, de modo faseado”

Educação pré-escolar

Em 2022/23 pouco mais de metade das crianças a frequentar a educação pré-escolar estavam matriculadas em estabelecimentos públicos e as restantes em estabelecimentos privados (incluindo entidades não lucrativas). Mais de 60% dessas entidades estavam dependentes de apoios do Estado. As maiores carências na oferta pública verificam-se na Grande Lisboa [*Constituída pelos municípios de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira*] e Península de Setúbal [*Constituída pelos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal*].

Alunos matriculados segundo a natureza institucional do estabelecimento ***[Construído com base em "Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2024), Nível de ensino e Natureza institucional; Anual – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência", disponível aqui]***

2022/2023	Ensino pré-escolar								
	Unidade: N.º					%			
	Total	Público	Privado	Privado		Público	Privado	Privado	
				Dependente do Estado	Independente do Estado			Dependente do Estado	Independente do Estado
Portugal	**265025**	**144363**	**120662**	**74202**	**46460**	**54**	**46**	**61**	**39**
Continente	252198	136561	115637	69739	45898	54	46	60	40
Norte	87645	51136	36509	23981	12528	58	42	66	34
Centro	39801	23017	16784	13251	3533	58	42	79	21
Oeste e Vale do Tejo	20723	13494	7229	5927	1302	65	35	82	18
Grande Lisboa	57975	24047	33928	14518	19410	41	59	43	57
Península de Setúbal	20934	9864	11070	4871	6199	47	53	44	56
Alentejo	11938	7486	4452	3592	860	63	37	81	19
Algarve	13182	7517	5665	3599	2066	57	43	64	36
R. A. Açores	6574	4284	2290	1769	521	65	35	77	23
R. A. Madeira	6253	3518	2735	2694	41	56	44	99	1

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência